

“Agricultura familiar: transitando para onde?”¹

Eros Marion Mussoi²

Resumo

A análise da gênese da agricultura familiar catarinense, evidencia sua importância na formação socioeconômica e cultural de Santa Catarina.

Sua característica policultora e diversificada em termos produtivos e de capacidade de trabalho (familiar), produzindo e reproduzindo um conhecimento próprio, e sua distribuição espacial, além da integração com os outros setores da economia, proporcionaram mecanismos de resistência aos diversos momentos em que o modelo convencional de desenvolvimento, e as políticas públicas que lhe deram suporte, definiram necessidades de transformações exógenas.

Do ponto de vista de políticas de desenvolvimento, este tipo de agricultura (que na verdade envolve “diversas agriculturas familiares” do ponto de vista conceitual), que expressa mais do que um “modo de produção” e sim uma forma de vida, hoje encontra-se num dilema político-estratégico. Ou potencializa o modelo clássico e convencional de desenvolvimento, baseado na utilização de recursos exógenos e relações clássicas com o mercado, ou busca desenhos produtivos-vivenciais que determinem uma maior integração/ valorização dos conhecimentos e recursos locais.

A exclusão sócio-econômica crescente e o estreitamento da base alimentar razão do modelo Revolução Verde, implica em novos pensares político-estratégicos que favoreçam esta tipo de agricultura em toda sua potencialidade.

¹ Estas reflexões fazem parte de um trabalho mais amplo apresentado no Fórum Habitat Brasil – 2001- Seminário “A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento” (em 06.11.2001), coordenado pelos Profs. Inacy Sachs e Paulo Freire Vieira.

² Eng. Agr., MSc e PhD, Técnico da Epagri S/A, Professor Adjunto da UFSC. Email's- eros@epagri.rct-sc.br e mussoi@cca.ufsc.br.

1. Introdução

O debate sobre Agricultura Familiar, impõe uma reflexão sobre o modelo de "desenvolvimento" no qual este tipo de agricultura está inserida. Este repensar, nos leva a uma série de constatações que evidenciam que o "modelo" assumido desgastou-se sem atender às demandas concretas do conjunto da sociedade.

A natureza de uma concepção "urbano-industrial-exportadora" como modelo de desenvolvimento, já identifica setores privilegiados com os seus resultados. O modelo foi (e é) concentracionista (de riquezas e poder político), excludente socialmente, e agressivo em termos de meio ambiente, desprestigiando a satisfação das necessidades básicas da grande maioria da população (aumentando assim a fome, a desnutrição e o desemprego/sub-emprego) em favor da produção para exportação e da produção industrial (subordinando a agricultura à indústria).

Outro ponto fundamental como consequência, é a definição de um novo desenho de ocupação do espaço territorial nacional, que provoca a potencialização do "urbano", principalmente das grandes cidades e polos industriais dinâmicos, em detrimento do "agrário", provocando um drástico esvaziamento deste (em termos humanos, produtivos e de importância política).

Inúmeros estudos mostram que a agricultura no geral, e a Agricultura Familiar em particular, através da transferência de recursos/capital (e portanto de sua descapitalização!) foi condicionada a dar suporte a este processo. No entanto, pelas suas características, a Agricultura Familiar (como produtora de alimentos básicos baratos, como reserva de mão-de-obra, como consumidora de insumos industriais, e como geradora de um movimento econômico considerável) é, ao mesmo tempo, importante para o modelo geral, e gradativamente excluída dele. Esta exclusão pode ser direta ou relativa. Direta, no sentido em que os atores sociais componentes deste tipo de agricultura, por um processo de marginalização/exclusão são obrigados a abandonar sua atividade/modo de vida. Relativa, na medida em que, para se "adaptar" ao que o modelo impõe, a Agricultura Familiar é obrigada a "abrir mão" de características que determinam

sua existência enquanto modo de produção específico e, principalmente, forma de vida.

Este processo histórico, pode ser verificado em maneira crescente em muitas partes do mundo, embora em graus e intensidades diferentes. No geral, o que se constata é que, a Agricultura Familiar gradativamente está sendo condicionada a mudar o seu perfil, adequando-se ao modelo de desenvolvimento hegemônico e, portanto subordinando-se definitivamente à indústria e ao "místico" mercado neoliberal (que, "por si só", resolverá "todas as distorções sócio-econômicas"). Neste processo, a Agricultura Familiar (como modo de produção específico) vai perdendo a sua identidade. Características fundamentais vão se degradando num processo de "erosão cultural" que poderá ser irreversível. Sem querer desenhar um "tipo ideal", poderíamos para efeito de raciocínio, caracterizar a Agricultura Familiar como possuidora de um conjunto de elementos fundamentais que atuam integrados sistemicamente. Este conjunto de elementos certamente definem a Agricultura Familiar como uma forma de vida, que tem (seus atores sociais) um saber/conhecimento construído historicamente e coletivamente; que tem uma lógica própria de decisão; tendo uma relação harmônica com o meio ambiente (ou pelo menos, muito mais harmônica que a agricultura empresarial-capitalista convencional); usando de forma articulada e eficiente o trabalho familiar; baseando-se num processo de diversificação produtiva que garanta a produção para o abastecimento próprio e a necessária integração com o mercado local/regional, garantindo também níveis adequados de bio-diversidade (produtiva, medicinal, artesanal e de reserva biológica); sendo capaz de processar muitos dos produtos por ela produzidos e reciclar dejetos para sua re-utilização. Este tipo de agricultura é, a nível externo, capaz de se articular no seu conjunto, possibilitando a resolução organizada/coletiva de seus problemas, uso de potencialidades e instrumentos de produção. Estas características lhe proporcionam mecanismos próprios de resistência ao processo de "modernização" convencional.

No entanto o que se verifica, é a crescente negação destas características pela pregação da "agricultura empresarial" e da "formação profissional de um novo agricultor" (voltado à agricultura de mercado e portanto especializado). Deve-se ter

cuidado ao assumir este discurso da "modernidade", da "adaptação à realidade" (construída dentro da lógica do capital), da "reconversão". Reconverter o que e para que? Será que "reconverter" a Agricultura Familiar para produzir para o "mercado" (sem discutir quem é o "mercado" e quem determina o mercado) não será subordinar definitivamente este tipo de agricultura a uma lógica que não é a dela (portanto negando-a concretamente)? Buscar "alternativas econômicas" fora do agrário ou em "nichos de mercado" pela reconversão é, a bem da verdade, admitir que a Agricultura Familiar é **insuficiente** para o seu auto-desenvolvimento e incapaz de, por suas próprias características, se integrar (e não, se subordinar) a outros setores da vida social. Certamente a Agricultura Familiar não é "insuficiente", pelas suas características fundamentais. **Insuficiente** é o modelo de crescimento econômico geral (e as diversas versões de políticas de governo que lhe dão suporte). Certamente, antes de pensar em "reconverter" a Agricultura Familiar" (com suas qualidades implícitas), deveria se tentar RECONVERTER a mentalidade monetarista e consumista que permeia um significativo conjunto de decisões políticas na atualidade.

Talvez seja necessário concordar, que a Agricultura-Tipo Familiar é praticamente incompatível com o modelo de crescimento econômico atual. O futuro deste tipo de agricultura, passa por uma revisão profunda do paradigma de desenvolvimento que, sem dúvidas, indica para as dimensões da agroecologia e da sustentabilidade como fatores fundamentais de viabilização de um novo modelo agrário e de sociedade, ambientalmente são e com justiça social.

2. Resgatando as origens do “modelo”

Para avançar nesta reflexão, é fundamental partir da caracterização do “modelo” agrícola catarinense, o seu processo de sua formação, inserção regional, nacional e internacional.

Uma análise do modelo agrícola catarinense nos remete aos três primeiros séculos da ocupação do estado que definem três períodos significativos. O primeiro caracterizado pela economia de subsistência e agro-exportadora, que vai do século XVII a 1850. O segundo, em que se definem as pré-condições para a

primeira transformação estrutural, ou seja, a entrada na indústria “tradicional”, que vai de 1850 a 1914. E, finalmente, o período de 1914 a 1960, que tem no seu ponto terminal o início da “indústria dinâmica”, a segunda transformação estrutural (CEAG/SC, 1980)³.

O primeiro período é caracterizado pela preocupação de Portugal em estabelecer fortes ao longo do litoral, visando pontos de apoio para acesso à Região do Prata, dando lugar a ocupação vicentista na segunda metade do século XVII.

Por outro lado a exploração do ouro nas Minas Gerais, com sua conseqüente necessidade de sustento e de transporte, veio dar ao gado vacuum, muar e cavalar, importância excepcional. Este conjunto de fatos tem fundamental importância na ocupação do planalto catarinense caracterizado como itinerário do gado sulino, mas posteriormente torna-se também área de criação, embora menos eficiente que a gaúcha.

O segundo período é caracterizado pela imigração para o estado de expressivo contingente humano oriundo principalmente da Itália e Alemanha que passavam, embora em graus diferentes, por um processo acelerado de industrialização, bem como pela superação das relações pré-capitalistas/feudalistas no campo.

Este período tem profunda influência na formação do “modelo” catarinense pois, o imigrante que chega ao estado nesta época, vem com fortes ingredientes da “economia policultora familiar”, paralelamente à atividades de transformação de caráter artesanal familiar que cresceu com pequena margem de comercialização, possibilitando poupanças, lentas mas que proporciona sensíveis melhorias nas condições materiais dos colonos (LAGO, 1965)⁴.

Historicamente a “policultura familiar” é apontada, ao lado do artesanato, como fator de resistência às crises cíclicas da economia monocultora o que, desde então dá características diferenciadas a Santa Catarina, em relação ao restante da República.

³ CEAG/SC. Centro de Assistência Gerencial. *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII-1960)*. Florianópolis, SC: CEAG/SC, 1980

⁴ LAGO, Paulo Fernando. *Santa Catarina – a Terra, o Homem e a Economia*. Santa Catarina: UFSC, 1968.

O terceiro período é caracterizado pela inserção no mercado nacional e pela melhor definição, a partir de 1960, da ascensão dos ramos ditos “dinâmicos”. Neste período, principalmente em função da crise de 30, mais uma vez a “pequena produção e a policultura” são apontadas pelo IBGE em 1938, como fator de resistência à crise e, por outro lado, fator de desenvolvimento (CEAG/SC, op. cit.).

A segunda metade da década de 50 determina modificações estruturais no setor primário catarinense, com o início da atividade capitalista especializada (suinocultura, milho, fumo).

Na década de 40, fundaram-se no Vale do Rio do Peixe indústrias de derivados de animais (suínos e aves) que, gradativamente colocaram-se em posição de destaque dentro do País e passam a impor um modo de produção que vai requerer uma especialização produtiva e tecnológica. A partir da década de 50, como já mencionado, com a tendência ao desenvolvimento do setor primário-capitalista e dos complexos industriais, a exploração agropecuária e os alimentícios tomam vulto. Este tipo de agricultura, inserido no complexo agroindustrial, implica em conexões com a indústria de equipamentos agrícolas e metal-mecânica.

No geral, pode-se verificar a potencialização gradativa da “feição policultora” do estado, caracterizado sempre pela ausência de um produto básico e que exercesse hegemonia expressiva sobre os demais. Se há, na história do estado, alguns produtos preponderantes em momentos determinados (erva-mate, madeiras, tecidos, alimentícios, compensados, e laminados), esta preponderância é, aos poucos minimizada pela “feição policultora”, que aliás determina a espinha dorsal da economia catarinense, e que tem na agricultura de base familiar, sua expressão maior.

Do conjunto de informações trabalhados até este ponto é fundamental reter alguns pontos. Podemos caracterizar que o modelo agrícola catarinense condicionando e sendo condicionado por uma série de fatores. A primeira questão é entender que este “modelo” é resultado da interação básica das características

edafo-climáticas e de topografia do estado, profundamente ligado ao processo de colonização e das origens humanas e culturais que definiram sua ocupação.

Esta interação básica define a “feição policultora e artesanal-familiar” catarinense, tanto na agricultura quanto no comércio e indústria, que terá importância fundamental no modelo agroindustrial assumido.

Esta “feição policultora e artesanal” é reafirmada num modelo geral de unidade familiar, que mais que tudo é caracterizado como forma de vida a par de ser também um modo de produção.

Outro ponto que vale a pena colocar para debate é que, este modo de vida e de produção, não pode ser caracterizado como “economia de simples subsistência”, na medida que sempre foi (e é) “subsidiária dos centros dinâmicos” (CEAG/SC, op.cit.), suprimindo os núcleos centrais do País.

3. Agricultura Familiar e a questão teórico-conceitual

Muitos estudos procuram analisar as características e a conceituação da agricultura camponesa. No presente trabalho não é intenção aprofundar esta questão, mas sim, procurar evidenciar as especificidades da agricultura familiar ou mais claramente, “das agriculturas familiares”, principalmente relacionando a realidade catarinense (e, por extensão, a brasileira) com o corpo teórico-conceitual utilizado por LAMARCHE (1993)⁵. Este autor define a exploração familiar como uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. Na sua análise, a interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas. Tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração.

Na verdade, na medida que a agricultura camponesa é familiar, esta complexidade define outras características complementares, como por exemplo: percebe-se uma inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo; existe uma tendência em priorizar a produção de valores de uso e não valores de

⁵ LAMARCHE, Hugues (coord.) *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1993.

troca; em consequência, aparentemente aparece uma autonomia relativa em relação à sociedade como um todo; é grande a importância estrutural do grupo doméstico.

Mas o mesmo LAMARCHE (op.cit.) chama a atenção que nem toda a exploração familiar é camponesa pela diversidade que este tipo de agricultura oferece em função de dinâmicas histórico-culturais diferentes que cada segmento atravessou.

Seria um erro, afirma Lamarche, concluir que todos agricultores que se referem a um mesmo modelo anterior são idênticos, possuindo um mesmo sistema de valores e mesmas ambições para o futuro. Mesmo que, alguma vez, houvesse transmissão de um patrimônio sócio-cultural comum, o estado de conservação deste patrimônio pode variar consideravelmente de uma sociedade para outra, e mesmo de uma família para outra dentro do mesmo sistema social.

Esta projeção de futuro diferenciada de um agricultor para outro e mesmo a dinâmica da realidade (principalmente com as “revoluções agrícolas”, principalmente da implementação do modelo de modernização da agricultura com o advento da Revolução Verde, que trataremos mais tarde) implicam em assumir modelos de produção diferenciados, mesmo sem perder a característica familiar de exploração/modo de vida.

Este entendimento evidencia que cada agricultor, em conjunto com sua família, organiza suas estratégias e toma suas decisões segundo uma orientação que tende sempre em maior ou menor grau, em direção a esta situação esperada. A partir desta dimensão analítica, Lamarche, utilizando a idéia de “tipo-ideal”, caracteriza três grandes grupos de agricultores familiares: 1) os agricultores cuja finalidade essencial não seria a reprodução enquanto unidade de produção, mas a reprodução familiar (o que ele chama de *modelo familiar*) 2) ou simplesmente a sobrevivência da família (*modelo de subsistência*); 3) os agricultores familiares que teriam por objetivo a formação de uma exploração agrícola organizada sobre a base do trabalho assalariado e/ou para a obtenção de “um ganho máximo” (*modelo de empreendimento agrícola*).

Embora insuficiente para explicar a situação existente em Santa Catarina (e no Brasil), tal referencial de análise nos permite concluir que o termo *exploração*

familiar/agricultura familiar dá conta de um conjunto de condições bastante variadas e complexas. Lamarche complementa dizendo que, as explorações típicas de agricultura familiar não constituem um grupo social homogêneo, no sentido de uma formação social que corresponda a uma “classe social” na acepção marxista do termo. Desta forma, a “exploração familiar não é portanto um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda esta diversidade”.

Desta forma, o funcionamento da exploração familiar, diz Lamarche, deve ser analisado dentro da dinâmica que implica na consideração de que as decisões, individuais e coletivas dos agricultores familiares se dão a partir do patrimônio sociocultural que cada agricultor e sua família carregam, e das escolhas políticas que lhes dizem respeito, efetuadas pela sociedade em geral. Ou seja, a organização das estratégias dos agricultores familiares dependerão da “complementaridade de seu projeto junto ao que a sociedade elaborou para eles”.

MENDRAS (1978)⁶, afirma que mesmo que a sociedade industrial tenha alterado a concepção do campesinato clássico, o pequeno agricultor, a agricultura familiar (aqui forçadamente assumidos como sinônimos), conservam traços do camponês como categoria social, mesmo depois da desagregação avançada de suas sociedades camponesas. Ou seja, embora em termos de tipo ideal o camponês possa ser definido em oposição ao agricultor da sociedade industrial, suas coletividades são raramente observadas em um ou outro modelo.

Por sua vez Telpicht (apud MENDRAS, 1978), usava o termo *protocamponês* que compreendia com ele as sociedades onde a economia camponesa não pôde desenvolver-se senão parcialmente, por exemplo, tomando uma forma de exploração familiar sem haver ainda estabelecido contatos seguidos com o mercado. O prefixo *proto* presume uma evolução posterior em direção ao modelo camponês. Segundo o mesmo autor, a “campesinização” do Terceiro Mundo é, com efeito, um dos mais importantes fenômenos do final do século XX.

4. Agricultura familiar em Santa Catarina: gênese e situação atual

⁶ MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas*. Rio: Zahar Editores, 1978.

O entendimento da gênese da agricultura familiar no estado, possibilita evidenciar que ela é introduzida a partir de um modelo de colonização, seja através da migração de contingentes populacionais de outras nacionalidades (mais intensamente da Itália, Alemanha, e Polônia) seja através de migrações internas (basicamente do Rio Grande do Sul), que trazem consigo uma concepção de agricultura baseada no policultivo, onde a mão de obra familiar é o fator preponderante e a produção agrícola, num primeiro momento de subsistência, está articulada com mecanismos de processamento, aliados à incorporação de um conhecimento agro-industrial (mesmo que primário).

Com o início da introdução de agroindústrias no oeste e meio-oeste do estado, as exigências destes complexos industriais, passam a determinar gradativamente, modificações no processo produtivo das unidades familiares. Um crescente nível de “especialização” das unidades e a incorporação crescente de tecnologia, passam a provocar um **processo de diferenciação** deste todo entendido como “agricultura familiar”, aparentemente homogêneo. Primeiramente, no processo de criação de suínos (e sua integração gradativa com o novo complexo agroindustrial) e na viti-vinicultura, para posteriormente ampliar este processo para outras atividades.

Com a definição, a nível de País, de uma política clara de “modernização da agricultura” a partir dos finais da década de 60 se estabelece uma profunda alteração na básica técnica da agricultura, com reflexos também na agricultura familiar, e de sua integração definitiva com o complexo agroindustrial.

Ademais de postular a incorporação de um inovador padrão tecnológico, o novo modelo geral trazia como consequência também, novas relações sociais de produção.

O novo padrão tecnológico era resultado de novos papéis que eram reservados à agricultura, dentro da perspectiva “desenvolvimentista” de cunho urbano-industrial que o País assumia. A agricultura devia responder por uma produção especializada, portanto fornecedora do complexo industrial, e por outro lado, consumidora de produtos deste mesmo complexo.

Isto determina à agricultura no geral, uma posição de “sub-setor” do ramo industrial tendo os complexos industriais localizados a jusante e a montante do processo de produção agrícola como definidores primários do tipo de produto a ser gerado, bem como das quantidades e, por conseqüência, da tecnologia a ele incorporada. Este tipo de opção concentra-se basicamente em produtos da agricultura dinâmica (voltados à exportação e a integração via processamento industrial), pela incorporação de tecnologia mecânica e agroquímica.

Como conseqüência geral, percebe-se primeiramente uma inadequação do modelo implantado frente às características da agricultura familiar, e evidentemente, uma marginalização deste tipo de agricultura frente ao modelo hegemônico, além de uma crescente degradação ambiental, resultado de uma visão unicamente produtivo-economicista.

É evidente que, após mais de 30 anos de implantação deste novo modelo econômico-produtivo, a agricultura familiar catarinense (e de resto, também a brasileira⁷) apresenta-se diferenciada internamente em segmentos que denotam uma maior ou menor adequação ao novo perfil tecnológico e por sua vez a novas características de integração ao mercado e aos segmentos industriais.

Sem entrar em grandes observações estatísticas, analisando os dados do último Censo (IBGE, 1997)⁸, é possível verificar claramente esta diferenciação sócio-econômica da agricultura familiar em Santa Catarina. Utilizando-se a metodologia que permite analisar a classificação social em função de categorias que evidenciam a estratificação que determina o nível de “solidez” dos empreendimentos agrícolas a partir do ingresso de renda por pessoa economicamente ativa em cada propriedade, percebe-se que:

- somente 9,70% dos estabelecimentos agrícolas familiares apresentam-se “consolidados” (o que significa dizer que, em média, o Valor

⁷ A agricultura brasileira é composta por 4,86 milhões de estabelecimentos, dos quais 3,92 milhões (80%) possuem até 50 hectares.

⁸ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. *Censo Agropecuário Brasileiro*, 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

Agregado⁹ para cada membro economicamente ativo da família – Mão de Obra - é superior a 3 salários mínimos por mês),

- 32,76% situam-se na categoria “em transição” (com Valor Agregado/Mão de Obra, entre 1 e 3 salários mínimos). Se desagregarmos esta categoria, é possível verificar uma situação preocupante, ou seja, 23,45% tem Valor Agregado entre 1 e 2 salários mínimos por mês, enquanto 9,31% situa-se na faixa de 2 a 3 salários mínimos. A classificação de “em transição” lhes proporciona uma “instabilidade sócio-econômica” na medida que é possível tanto uma ascensão quanto um descenso de categoria social. Pelas análises recentes verifica-se que esta última possibilidade é a mais freqüente.
- 51,90% da agricultura familiar catarinense está enquadrada na categoria “periférica” (com Valor Agregado/Mão de Obra, abaixo de 1 salário mínimo), ou seja, uma agricultura em processo de exclusão sócio-econômica e sem alternativas evidentes dentro do modelo hegemônico.
- É importante perceber também, que na agricultura patronal (4,02% dos agricultores do estado) 1,81% estão consolidados e 2,21% estão na categoria “não consolidados”.¹⁰
- No tocante a questão fundiária, relacionada com a classificação social dos estabelecimentos temos que: a agricultura patronal se apropria de 26,4% da área total do estado (em que pese sua pequena expressão), sendo que esta apropriação se dá de forma diferenciada entre os consolidados (15,59%) e os não consolidados (10,81%); a agricultura familiar se apropria de 72,12% (consolidados – 14,5%; em transição – 25,54%; e periféricos – 32,07%); o restante é apropriado por estabelecimentos rurais com renda não agrícola (1,49%).

⁹ “Valor Agregado” é o resultado do Valor Bruto da Produção (valor de todos os ingressos de vendas agrícolas) menos as despesas efetivas para a produção destes bens comercializados.

¹⁰ O restante 1,62% dos estabelecimentos rurais apresentam “renda não agrícola” (sendo que 0,53% esta renda é superior a 3 salários mínimos; 0,28 entre 2 e 3 S.M.; 0,39 entre 1 e 2 S.M.; e 0,42 abaixo de 1 S.M.)

Somente estas conseqüências, aliada a enorme degradação ambiental que o modelo hegemônico trás no seu bojo, já seriam suficiente para dar conta da inadequação deste enfoque. Um balanço histórico pode revelar seus limites em diversas dimensões: na dimensão sócio-econômica, pela exclusão ocasionada; na dimensão cultural, pelo desprezo pelo conhecimento historicamente construído pelos agricultores familiares e pela articulação do seu processo de produção com outros ramos da economia, e mesmo pela incorporação, enquanto agricultura familiar, de processos de beneficiamentos primários que serviam para agregar valor aos produtos e, principalmente, alargar seu tempo de uso na propriedade/comunidade/município; na dimensão política, pela centralização decisória, tanto no que tange às políticas públicas quanto, mais especificamente pela definição da matriz tecnológica implantada; na dimensão ambiental, pelo fato da perspectiva produtivista desconsiderar sobremaneira este aspecto¹¹.

5. Modernização da agricultura e organização institucional centralizada e descendente: uma perspectiva coerente

A estruturação das políticas públicas e dos aparelhos estatais para preparação e posterior implementação do modelo de modernização agrícola que vão decisivamente afetar a agricultura familiar, podem ser examinados através dos planos e intenções governamentais desde o final da década de 50.

De uma forma geral, pode-se perceber uma gradual “conformação” do Estado no sentido da organização dos recursos oficiais na linha da introdução da ideologia desenvolvimentista, e dentro dela a ideologia da “modernização agrícola”. Como

¹¹ No referente à questão ambiental, deve-se considerar as externalidades provocadas pelo próprio regime de exploração familiar na medida que para ser implantado e dinamizado no estado, vai implicar num crescente índice de devastação dos ecossistemas, evidentemente induzido pelo modelo produtivista e pela conseqüente matriz técnico-econômica adotada (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos*. Brasília: MMA/SBF. 2000, nos mostra que na época da colonização, Santa Catarina tinha 80% de seu território coberto com Mata Atlântica, cuja superfície hoje está reduzida a 18%, acrescido de uma significativa perda da biodiversidade original), como pelo processo de produção agroquímico e mecanizado gerado por esta nova matriz, e pelos dejetos animais produzidos pelo aumento das escalas de produção e pela sua concentração produtiva em algumas regiões específicas do estado (ver PANCERI, Bernadete. *O campo do saneamento ambiental rural: estudo das percepções, habitus e gênero na visão comunitária e institucional*. Dissertação Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, UFSC. 1997)

aconteceu em escala nacional, em nível de Santa Catarina, o Estado “responde” à pressão dos setores hegemônicos e assume um perfil que estabelece certos níveis e linhas de superioridade e descendência, que determinam um forte grau de hierarquia decisória.

Como o modelo assumido pressupunha um câmbio radical no sentido de substituir a estrutura produtiva “tradicional” por uma “moderna”, dinâmica, perfeitamente integrada ao setor industrial, atendendo suas exigências e com reflexos no desenvolvimento de um setor urbano como potencial consumidor e produtor de produtos manufaturados, a concepção de unidirecionalidade decisória tem sido uma característica marcante. A expressão de poder pode ser percebida desde a definição das políticas a nível macro, passando pela definição da política de ciência e tecnologia que suportasse o impulso e dinamização do modelo desenvolvimentista a nível estadual. A estruturação e as decisões institucionais que vão dar suporte para a aplicação da política de ciência e tecnologia definida pode ser constatada pelo surgimento, reestruturação e definição de papéis de instituições oficiais para o desenvolvimento agrícola, assim como pelos seus sistemas organizativos internos, pela criação de níveis claros de *concepção e coordenação, supervisão, e execução*. Este mecanismo tipo “correia de transmissão” garantiria a transferência das políticas “públicas” e sua adoção pela população rural (ou por parte dela).

Esta unidirecionalidade expressa-se tanto no sentido organizacional quanto no “pedagógico”, na medida em que determina uma certa superioridade de saberes. Os agricultores eram (e são) considerados os “últimos elos da cadeia”, e a eles reserva-se a função de “adoção” do que de “melhor” existia para eles.¹² A definição de planos e políticas, e a conseqüente definição de recursos se dá de

¹² Evidencia-se um determinado “desprezo” pelo conhecimento popular em favor do saber chamado “científico” (representado pela “tecnologia da modernização”). Com isto há uma gradual erosão do conhecimento tradicional historicamente construído e adaptado a realidades específicas. Isto provoca a exclusão deste conhecimento, enquanto saber específico, das possibilidades de consideração no sistema global científico-tecnológico. A categorização de “atrasado, tradicional, superado”, representam o nível de discriminação a que o saber popular foi submetido. A emergência de um “novo saber” (exógeno) tem conseqüências na construção institucional que acompanhe a complexidade das relações deste “novo saber” (complexo por suas interrelações técnico-produtivas e setoriais, atendendo a demandas e exigências marcadas por outros setores, como o setor industrial).

forma centralizada na escala governamental e de suas Secretarias de Estado. Estas políticas e a alocação de recursos passam aos organismos centrais das “instituições de desenvolvimento” (no caso da presente abordagem, especialmente a pesquisa, a extensão e o crédito rural) que transformam estas *intenções* em atividades-metas que não de ser transferidas aos níveis intermediários, geralmente de âmbito regional, com a vocação de “supervisão e controle” da atividade de execução municipal (ou no caso da pesquisa, as estações experimentais).¹³

A “superioridade dos saberes” determina um maior grau de complexidade institucional na medida em que quem detenha um “maior saber” ocupa funções decisão, ademais de determinar o surgimento gradual de uma rede de funções específicas, o que vai definir a montagem de uma estrutura institucional caracterizada por níveis diferenciados de coordenação e controle. O *saber* passa a ser um bem que poderia significar ascenso profissional e funcional. Partindo de GONZÁLES GARCÍA et alli (1996)¹⁴, pode-se afirmar que “a tecnologia, dentro da concepção neoclássica, é entendida como um bem” (que passa por diversos níveis de uma “escala de produção”), e os agricultores como consumidores. Neste contexto, a ciência assume a característica de “neutralidade”. Segundo os autores, isto representa “uma velha crença que tem acompanhado a civilização ocidental desde seus primeiros tempos: a crença de que os governantes, para governar com efetividade (seja isto o que seja, pois depende de cada ideologia em particular), devem estar de posse de alguma classe especial de sabedoria... É a

¹³ Quando fala-se através de generalizações é possível encobrir situações, principalmente nos inícios da extensão rural, nas quais a instituição definia seus orçamentos-programa (mas sempre centralmente) e submetia à aprovação do governo. Os poucos intentos de permitir a “participação” podem ser mais bem considerados como legitimação das idéias hegemônicas, utilizando-se a categoria “participação” para criar a ilusão de que esta estava ocorrendo. Os mecanismos de controle e supervisão funcionavam com rigor no acompanhamento dos projetos e metas que haveriam de ser alcançados. A complexidade institucional foi aumentando com o decorrer do tempo, de maneira que os mecanismos de controle, supervisão e concepção/coordenação, foram tornando-se mais especializados e crescendo em tamanho e número. No caso da pesquisa, a autonomia também era restringida, sendo que os projetos ou eram elaborados centralmente ou tinham que ser submetidos a aprovação central, e eram aprovados se cumpriam determinados requisitos de “prioridade institucional programática”.

¹⁴ GONZÁLES GARCÍA, Marta I.; LÓPEZ CERREZO, José A.; LUJÁN LÓPEZ, José L. *Ciencia, tecnología y sociedad – una introducción al estudio social de la ciencia y la tecnología*. Madrid: Editorial Tecnos, 1996.

mesma crença de base que tem vindo legitimando o governo de muitos por uns poucos... Os estilos de governo seguem ancorados em uma venerável tradição tecnocrática, uma tradição incapaz de criar instâncias participativas que contribuam à focalização da controvérsia social em direção ao debate construtivo e aberto mais que em direção a confrontação”.¹⁵ Concluem afirmando que se “convive com o velho ideal oligárquico e suas diversas manifestações: a tecnocracia é a forma em que hoje em dia materializa-se dito ideal. Democracia de direito e tecnocracia de fato... Chegamos assim a um dos grandes paradoxos de nosso tempo. Por um lado, reconhece-se a complexidade e a importância do impacto social e ambiental da ciência-tecnologia, onde o desenvolvimento de políticas científico-tecnológicas adequadas foi convertido em assunto de interesse público de primeira magnitude. Sem dúvida, numa democracia, o grande público continua sem capacidade decisória sobre um dos principais agentes da mudança social: a ciência- tecnologia. Se os cidadãos estão mal informados para manifestar sua opinião e exercer seu direito de decidir sobre a classe de mundo que querem, a solução, em uma democracia, não é deixar a gestão do câmbio científico-tecnológico nas mãos exclusivas dos *experts* (ou dos políticos, ou do poder econômico) senão informar melhor os cidadãos, criar instrumentos de avaliação sensíveis à participação pública e, evidentemente, articular condições institucionais para que os cidadãos possam expressar sua vontade. Como leigos, é evidente, os cidadãos podem equivocar-se, ao menos do ponto de vista dos *experts*. Mas alienar o direito de cometer erros é renunciar a boa parte da liberdade de eleger”.¹⁶

A concepção centralizada da definição da política de ciência e tecnologia, deriva em construções institucionais sempre decididas ao estilo *top-down*, ou seja, de forma descendente, em função das necessidades de manter o controle (para

¹⁵Quando se faz referência ao poder centralizado nos governos, é evidente que a mesma concepção analítica serve para os aparelhos institucionais que formam parte deles e reproduzem sua ideologia. Ou seja, as instituições também, e principalmente, expressam esta tradição tecnocrática, centralizada e autoritária.

¹⁶Não seria demais ressaltar que, ao referir-se a “cidadãos”, na presente análise, estão sendo considerados além dos agricultores/famílias rurais/lideranças municipais/consumidores, também técnicos das “instituições de desenvolvimento”, seja do nível de execução (municipais e

garantir a implementação das referidas ações) e levar à prática políticas específicas. Isto faz com que, gradualmente, surjam níveis específicos de “coordenações”, “setores técnico-administrativos”, “organismos de supervisão”. Na medida em que a política de ciência e tecnologia torna-se mais especializada, em função do processo de diferenciação provocado pela modernização da agricultura, a complexidade institucional e os níveis de controle/supervisão aumentam, aumentando o distanciamento dos cidadãos (principalmente do pequenos agricultores familiares) com relação ao nível decisório.

No caso específico de Santa Catarina as grandes transformações econômico-produtivas no espaço rural, podem ter seu início definitivamente caracterizado no decorrer da década dos anos 60, acompanhando o modelo desenvolvimentista de caráter nacional. Também no que se refere ao “agro”, as políticas governamentais expressam uma melhor definição e protagonismo, com claras conseqüências tanto na reestruturação do aparelho estatal como na própria transformação da estrutura produtiva. Uma análise dos planos e relatórios de governo a partir dos anos 60 evidenciam claramente a intencionalidade de preparar e, posteriormente implementar, a política de modernização da agricultura (modelo da revolução verde) e a sua articulação com o setor industrial, o que trouxe sérias conseqüências do ponto de vista social, econômico, ambiental e mesmo político.¹⁷

6. Agricultura familiar: procurando sair do aparente conflito

Pelo caminho analítico percorrido até agora, não deve restar dúvidas sobre a inadequação do processo de modernização da agricultura cultuado pela Revolução Verde e das políticas públicas que lhe deram suporte, frente às especificidades da agricultura familiar.

Considerando a natureza da formação da estrutura social e produtiva do meio rural, tanto catarinense como brasileiro, verifica-se que a importância da agricultura familiar como opção vivencial e produtiva para significativo estrato da população deve ser mantida e estimulada. No entanto, para que isto seja possível,

regionais), sejam especialistas e mesmo profissionais de coordenação/supervisão, que normalmente não participam efetivamente na definição da política científico-tecnológica.

¹⁷Maiores aprofundamentos podem ser encontrados em MUSSOI (1998).

um conjunto de fatores devem ser considerados pelas políticas de desenvolvimento.

Primeiramente, é premente a “revisão” do modelo tecnológico-produtivo convencional, visto que o mesmo não deu conta dos “problemas” para os quais foi apontado como solução. Pelo contrário, suas externalidades causaram problemas de ordem sócio-econômica e ambiental extremamente graves. Se por um lado a ciência demonstrou uma incrível capacidade inovativa, por outro, as conseqüências da aplicação de determinadas matrizes tecnológicas mostraram a suficiente inadequação e desconsideração por um conhecimento que não pode ser simplesmente substituído em favor de um mais “moderno”.

A sociedade em geral e a agricultura familiar em particular, devem poder participar de (e, principalmente, gerar participativamente) uma concepção de desenvolvimento mais harmônica e sustentável, que respeite múltiplas e fundamentais dimensões. A partir do marco conceitual fornecido por REDCLIFT (1995)¹⁸, é possível entender a *participação* (como categoria analítica) na construção de uma perspectiva sustentável de desenvolvimento. Trabalha-se no caso, com três dimensões fundamentais: a econômica, a política e a epistemológica. A dimensão econômica, indica que ademais da valoração dos custos em função do crescimento econômico (em geral, ou de um empreendimento ou mesmo de um agroecossistema) não se pode renunciar a prestar atenção aos fatores ambientais. O otimismo econômico, que caracterizou a confiança da realização de avanços científicos e tecnológicos capazes de “atrasar” o momento em que o crescimento da população começa a ser excessivo para os recursos disponíveis, se viu afetado, embora não totalmente superado. A visão puramente economicista colocou em perigo o planeta, devido em especial a que a busca exclusiva de “crescimento econômico” correspondeu ao abandono do meio ambiente, do qual o próprio crescimento depende. A forte dependência dos combustíveis fósseis necessários para o crescimento econômico, põe em perigo a capacidade de continuar mantendo uma sociedade industrial. Conforme Redclift

¹⁸ REDCLIFT, Michael. *Desarrollo Sostenible: ampliación del alcance del debate*. In: Marín, Alfredo Cadenas (org.) Agricultura y Desarrollo Sostenible. Serie Estudios, Ministerio de Agricultura. Madrid: MAPA, 1995.

(op.cit.), os efeitos externos, dos quais se destacam o efeito estufa e a destruição da capa de ozônio, não são consequência da escassez e sim da imprudência e da insustentabilidade características dos sistemas de produção.

Segundo Redclift, na dimensão política do conceito de sustentabilidade aparecem dois elementos distintos, mas relacionados. Primeiro a ação do homem e da estrutura social, na determinação do processo político através de que se gestiona o meio ambiente, e a relação entre conhecimento e poder enquanto resistência popular, frente às visões que predominam no mundo a respeito do meio ambiente e dos recursos. Apoiando-se em Giddens, o autor afirma que “o importante é que os atores humanos tenham capacidade de compreensão como atores... entendendo o que fazem, enquanto o fazem”. A gestão dos recursos e os conflitos ambientais estão relacionados com dois processos complementares: a dominação exercida por alguns seres humanos (ou grupos) sobre outros e o modo como os atores humanos dominam a natureza. Na medida que se verifica como uma matriz tecnológica foi imposta e sua consequente inadequação à maioria dos segmentos sociais e ao meio ambiente, percebe-se o nível de concentração decisório e a grande repartição social de suas consequências. No caso estudado, a agricultura familiar e seus mecanismos de representação política, não participou da concepção de um modelo tecnológico e de desenvolvimento que lhes afetou diretamente.

Por outro lado, na difusão deste modelo convencional se supõe, no mínimo, que o sistema de aquisição de conhecimentos no Norte, baseado na aplicação de princípios científicos constitui uma epistemologia universal. O que não é “conhecimento científico” apenas merece nossa atenção. Segundo Redclift, esta visão, baseada na ignorância sobre nossa própria forma de pensar e sobre a epistemologia de outras culturas, não resulta muito produtiva. Com base nesta lógica um enorme potencial de conhecimento e criatividade, típicas da agricultura familiar, foram sistematicamente desprezados, em favor de um conhecimento “empacotado” e completamente vulnerável pela sua característica exógena e por

isto dependente¹⁹. Ao se considerar a agricultura familiar, com sua complexidade formativa e a questão da gestão dos recursos locais, torna-se fundamental admitir uma determinada *multiplicidade de epistemologias*, característica de diferentes grupos de pessoas.

Esta reflexão nos remete a alinhar despretenciosamente alguns encaminhamentos.

Considerando-se a agricultura em geral e a agricultura familiar em particular, é fundamental a alteração do modelo tecnológico “modernizador”, que está baseado no uso de variedades/espécies demandantes de uso intensivo de insumos químicos, e de processos produtivos dependentes, em favor de uma concepção que conduza a uma *transição agroecológica* (no sentido utilizado por COSTABEBER, 1998²⁰) que busque uma aproximação o tanto mais rápida quanto possível da concepção sustentável de desenvolvimento, que tenha na agricultura de base ecológica, portanto mais próxima quanto possível dos processos naturais de produção, sua “nova” matriz tecnológica.

Pelas especificidades da agricultura familiar (trabalho familiar e comprometido com a preservação dos recursos com a perspectiva dos processos patrimoniais sucessórios; prática de uma determinada diversidade produtiva e relativa manutenção da biodiversidade; incorporação ao processo produtivo de conhecimentos resultado de processos históricos de exploração e adaptação local), esta transição agroecológica tem maiores perspectivas de acontecer neste estrato produtivo²¹.

Ao lado desta transição no sentido “técnico”, e mesmo como fator favorecedor da mesma, vem a perspectiva de *ação social coletiva* (COSTABEBER, op.cit.). Ou

¹⁹ Para aprofundar ver LAMARCHE, Hugues. *A agricultura familiar: comparação internacional – do mito à realidade (Volume II)* Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1998.

²⁰ COSTABEBER, José Antonio. *Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil*. Córdoba, 1998. (tesis de Doctorado) Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAM, Universidad de Córdoba, España, 1998.

²¹ Muitas experiências positivas já podem ser constatadas no estado de Santa Catarina, seja através de produtores familiares isolados, seja na formação de grupos específicos, seja com movimentos sociais (assentamentos do MST, por exemplo). Estas experiências incorporam inclusive, uma nova relação com o mercado, seja o mercado local, seja o mercado regional e nacional (recentemente uma iniciativa, ainda em debate, tem proposto a organização de agricultores de base eco-solidária, para “exportar” para países europeus).

seja, a ação coletiva, entendida como um processo de adesão de atores sociais a projetos coletivos baseados em seus interesses, expectativas, crenças e valores compartilhados, deixa de ser *consequência* (como era entendido no modelo convencional de desenvolvimento) para ser *motor* do novo processo. A *transição agroecológica* e a *ação social coletiva* proporcionam uma interação positiva que expressa a busca e o desejo de construção de uma alternativa tecnológica e organizacional capaz de superar a crise sócio-ambiental que põe em risco a continuidade de reprodução socioeconômica de segmentos da agricultura familiar. Este tipo de transição articulada com a ação social coletiva, implica não somente na busca de maior racionalização produtiva com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistemas, mas também uma mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos. É importante perceber que, por incluir considerações de natureza multidimensional, não dispensa o progresso técnico e o avanço do conhecimento científico.

É preciso que se entenda que esta dinâmica a partir de uma perspectiva de *gradualidade* da mudança requerida, na medida que ela tenderá a acontecer através do tempo, a partir de alterações nas formas de manejo dos agroecossistemas, tendo-se como meta a passagem de um modelo agroquímico a outro que incorpore princípios, métodos e tecnologia de base ecológica. A transição ecológica se refere a um processo contínuo, multilinear e crescente no tempo, mas sem ter um momento final determinado.

Finalizando, WANDERLEY (1998)²² nos recomenda reconhecer que a reprodução da agricultura familiar no Brasil, sempre esteve associada às lutas dos próprios agricultores, mas que impossível desconhecer a repercussão das políticas agrícolas e do Estado neste processo. Ora as mesmas foram orientadas para a exclusão econômica e social deste estrato produtivo, ora no sentido inverso, de inserção de outras parcelas deste segmento, ora ainda com objetivos clientelísticos e assistencialistas. Por outro lado, lembra a autora, o tema Reforma

²² WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. *Brasil: agricultura familiar ou latifúndio?* In: Lamarche, Hugues (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional – do mito à realidade* (Volume II). Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1998.

Agrária deve merecer uma referência especial, tanto pelas reações dos movimentos sociais e políticos que lutam por ela, como pelas políticas propostas e implantadas com este objetivo, como também pela avaliação efetiva das experiências efetivas de assentamentos, algumas das quais praticando um tipo “alternativo” de agricultura, e uma nova e mais dinâmica relação organizativa e de mercado.

Bibliografia

- ACARESC. *Planos Diretores – 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1970, 1972, 1973, 1974, 1975, 1987/90*. Florianópolis: ACARESC.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos*. Brasília: MMA/SBF. 2000.
- COSTABEBER, José Antonio. *Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil*. Córdoba, 1998. (tesis de Doctorado) Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAM, Universidad de Córdoba, España, 1998.
- EMPASC. *Plano Integrado de Pesquisa – Biênio 1977/78*. Florianópolis: EMPASC, 1976.
- GONZÁLEZ GARCÍA, Marta I.; LÓPEZ CERREZO, José A.; LUJÁN LÓPEZ, José L. *Ciencia, tecnología y sociedad – una introducción al estudio social de la ciencia y la tecnología*. Madrid: Editorial Tecnos, 1996.
- GOVERNO DE SANTA CATARINA. *Plano de Metas do Governo Celso Ramos – 1º ano de trabalho – Santa Catarina – 1962*. Florianópolis: Gabinete de Planejamento, 1962.
- GOVERNO DE SANTA CATARINA. *Resposta à Carta dos Catarinenses – Governo Esperidião Amin, 4 anos*. Florianópolis: Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral, 1987.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. *Censo Agropecuário Brasileiro, 1996*. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.
- ICEPA/SC- ACARESC. *Troca x troca – Avaliação*. Florianópolis: FUNDEPROR/SAA, 1986.
- LAGO, Paulo Fernando. *Santa Catarina – a Terra, o Homem e a Economia*. Santa Catarina: UFSC, 1968.
- LAMARCHE, Hugues (coord.) *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1993.
- LAMARCHE, Hugues. *A agricultura familiar: comparação internacional – do mito à realidade (Volume II)*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1998.
- MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas*. Rio: Zahar Editores, 1978.
- MUSSOI, Eros Marion. *Integración entre Investigación y Extensión Agrária em um contexto de descentralización del Estado y sustentabilización de políticas de*

- desarrollo: el caso de Santa Catarina, Brasil*. Córdoba (España): Universidad de Córdoba, 1998. Tesis de Doctorado. Programa de Agroecología, Campesinado e Historia.
- MUSSOI, Eros Marion. *Estado, descentralização, políticas públicas e novas instâncias participativas: o caso da agricultura de Santa Catarina*. UFSC, Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, Edição Especial Temática, p. 11-39, 1999.
- PANCERI, Bernadete. *O campo do saneamento ambiental rural: estudo das percepções, habitus e gênero na visão comunitária e institucional*. Dissertação Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, UFSC. 1997.
- RAMOS, Celso. *Homem de Empresa no Governo*. Florianópolis: Seminário Sócio-Econômico de Santa Catarina-FIESC, 1960.
- REDCLIFT, Michael. *Desarrollo Sostenible: ampliación del alcance del debate*. In: Marín, Alfredo Cadenas (org.) *Agricultura y Desarrollo Sostenible*. Serie Estudios, Ministerio de Agricultura. Madrid: MAPA, 1995.
- SANTOS, Lucy Woellner dos. *Alocação de recursos e objetivos organizacionais: um estudo sobre a pesquisa agrícola em Santa Catarina*. São Paulo: CYTED: NPGCT/USP, 1996.
- WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. *Brasil: agricultura familiar ou latifúndio?* In: Lamarche, Hugues (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional – do mito à realidade (Volume II)*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1998.